

A direção do tratamento

Esse será o tema que desenvolveremos durante nossos encontros neste semestre. Gostaria de começar a trabalhá-lo assinalando que, em minha observação, Lacan sempre manteve como norte de seu trabalho uma pergunta que já aparece no início do seminário 1 (1953/54), “Os escritos técnicos de Freud”, questão esta que acredito ter percorrido toda sua obra, ainda que com formulações variadas, e que apresento aqui em sua forma inaugural: “*o que fazemos quando fazemos análise?*”

Penso que está interrogação deve fazer parte do dia a dia de todos nós analistas, como um legado perene a nortear nosso ofício. Se buscarmos entender o porquê de sustentarmos o discurso psicanalítico, em sua absoluta especificidade, como uma forma de laço social que teria a potência de aliviar o sofrimento, precisaremos, a princípio, questionar para que tipo de sofrimento humano nosso método tem alcance.

Esta, com certeza, não é uma questão menor e se digo isto, é porque acredito que atendamos a um tipo muito específico de sofrimento. E creio que um bom ponto de partida para podermos refletir sobre esta questão, talvez possa partir do exemplo do sofrimento que encontramos no neurótico obsessivo, especialmente no fato de que este se revela como um sofrimento atrelado à ideia e não propriamente relacionado ao tecido orgânico. É claro, todavia, que o padecimento pode estar representado no corpo como, por exemplo, numa conversão histérica, mas, ainda assim, estaremos lidando com um corpo construído pelo significante e não com um puro elemento biológico, como acontece quando temos uma dor de dente.

Falar de dor de dente me remeteu ao texto “Sobre o narcisismo: uma introdução” de 1914, onde Freud faz uma interessante correlação da dor psíquica e da dor física mostrando que elas necessariamente interagem.

Trago-lhes a citação:

“Ao avaliar a influência da doença orgânica sobre a distribuição da libido, sigo uma sugestão que me foi feita verbalmente por Sándor Ferenczi. É do conhecimento de todos, e eu o aceito como coisa natural, que uma pessoa atormentada por dor e mal-estar orgânico deixa de se interessar pelas coisas do mundo externo, na medida em que não dizem respeito ao seu sofrimento. Uma observação mais detida nos ensina

que ela também retira o interesse libidinal de seus objetos amorosos: enquanto sofre, deixa de amar. A banalidade desse fato não justifica que deixemos de traduzi-lo nos termos da teoria da libido. Devemos então dizer: o homem enfermo retira suas catexias libidinais de volta para seu próprio eu, e as põe para fora novamente quando se recupera. ‘Concentrada está sua alma’, diz Wilhelm Busch a respeito do poeta que sofre de dor de dentes, ‘no estreito orifício do molar’.” Pag. 98.

Levando tudo isso em consideração, o que intenciono alcançar, com o projeto que ora lhes apresento, não é, nem pode ser, dar uma resposta que se pretenda definitiva à questão levantada, mas, ainda assim, poder examinar com critérios sérios o que se tem que manter em foco para persistir dirigindo análises dentro da orientação teórica lacaniana. E, além disso, manter em perspectiva o objetivo de que nosso discurso tenha eficácia quanto ao sofrimento que acolhemos quando aceitamos começar uma análise.

O texto que, em linhas gerais, privilegiarei para guiar nossas discussões neste projeto, será “A direção do tratamento e os princípios do seu poder”. O qual corresponde à transcrição da apresentação feita por Lacan no Colóquio de Royaumont em 1958, e que funcionará como a espinha dorsal de minha exposição para vocês. Esclareço, porém, que não me privarei, de modo algum, de fazer também outras referências que julgar interessantes e cabíveis.

Trago um primeiro destaque desse texto para começar o longo percurso que ele estabelece em seus questionamentos. Diz Lacan, logo de início:

“Que uma análise traga consigo os traços da pessoa do analisado, fala-se disso como se fosse óbvio. Mas acredita-se dar mostras de audácia ao manifestar interesse pelos efeitos que nela surtiria a pessoa do analista.” Pag. 591.

Esse é um ponto de partida fundamental. Que a pessoa do analista e a do analisando estejam em jogo no campo que se desenha como setting analítico, não traz mais que uma obviedade. O que devemos levar em consideração, em se tratando da proposição lacaniana, é que a posição transferencial do analista sofre, neste contexto, um necessário desdobramento que revelará, de um lado, uma posição imaginária e, de outro lado, uma posição simbólica.

Aproveito aqui para fazer um parêntese com a intenção de apontar para o fato de que para explorar os recursos propostos por Lacan para a abordagem psicanalítica, precisamos fazer uma necessária e importante referência ao fato de que Lacan sempre trabalhou com a integração dos três registros: Real, Simbólico e Imaginário. Jamais poderemos, no campo lacaniano, operar sem levar em conta a dinâmica de entrelaçamento dos três registros e seu funcionamento como um sistema covariante.

Voltando ao tema das diferentes posições transferenciais do analista, adianto-lhes que ele se desenvolverá ao longo de nosso percurso, mas para começarmos, gostaria de estabelecer as diferenças essenciais quanto a estes balizamentos.

À princípio, o analista se oferece ao olhar do outro como semelhante, talvez até seja mais apropriado dizer como um semelhante idealizado, e isso é fundamental para o estabelecimento do vínculo transferencial imaginário que, afinal, sustentará o acontecimento analítico. Mas o analista não se detém nessa posição, usa o possível prestígio que ela lhe confere, mas sua função de analista só pode estar garantida pelo aporte que provém do registro simbólico através das operações do jogo dos significantes.

Com relação a necessidade de reconhecimento dessa dupla modalidade de inserção do analista e o risco que o não reconhecimento disso trará, Lacan nos adverte do seguinte:

“Pretendemos mostrar como a impotência em sustentar autenticamente uma práxis, reduz-se, como é comum na história dos homens, ao exercício de um poder”. Pag. 592

O que se depreende da posição lacaniana quanto a direção de uma análise é que ela não se confunde de modo algum com o dirigir o analisando para o que quer que se pudesse considerar como um melhor arranjo para sua vida; o analista dirige o acontecimento analítico pautando-se pela sustentação de sua posição simbólica, como aquele que facilita ao analisando o acesso aos contornos de seu desejo e suas implicações de sujeito.

Seguindo com o que já vinha trabalhando antes, com bastante insistência aliás, Lacan reafirmará a importância de que o analista se mantenha numa posição de escuta que privilegie o acolhimento do discurso do analisando valendo-se, como numa regra fundamental, das leis que organizam o jogo significativo. Eis aqui um aspecto muito importante a ser destacado: o analista tem que estar informado sobre o manejo do

significante para que possa exercer adequadamente sua técnica. Há, portanto, um aprendizado em questão e trata-se, mais que nada, do aprendizado de uma teoria. Nesse intuito, gostaria de resumir aqui o que Lacan nos indica como sendo as leis do significante:

- Um significante sozinho não significa nada, para significar é necessário estar em oposição aos outros significantes e, neste sentido, o que há entre os significantes é pura diferença. E aqui vale ressaltar que a grande manobra do analista é transformar um termo qualquer em significante. Lembremos que, nesta perspectiva, um significante pode ser: uma interjeição, uma palavra, um silêncio ou mesmo uma frase inteira.

- A linguagem, como tal, é uma ordem fechada e o indivíduo não tem ingerência sobre ela. Sendo a mesma, por conseguinte, supraindividual. Saussure afirmou, em seu Curso de Linguística Geral, ao qual temos acesso pela obra publicada depois de sua morte em 1916, por dois de seus alunos: Bally e Sechehaye, que o significante é totalmente arbitrário, mas, ao mesmo tempo, dotado de plena estabilidade no campo da língua.

- Lacan promoverá a inversão do signo linguístico de Saussure e estabelecerá a supremacia do significante sobre o significado, exatamente para sustentar com esse matema o conceito de inconsciente e a consequente ideia da resistência à significação.

- E ele afirma ainda, a potência de um significante poder representar um sujeito para outro significante, fazendo do sujeito um efeito de linguagem.

- Para concluir, gostaria de lhes apresentar uma definição de linguagem que aparece no seminário 2 de Lacan, “O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise” (1954/55):

*“Trata-se de uma sequência de ausências e de presenças, ou melhor, da presença sobre um fundo de ausência, da ausência constituída pelo fato de uma presença poder existir. Não há ausência no real. Só há ausência se o senhor sugerir que pode haver uma presença ali onde não há. Proponho que se situe a palavra no **in princípio**, na medida em que ela cria a oposição, o contraste. Trata-se da contradição original entre o zero e o um (0 e 1). Pag. 390.*

Dito isto, gostaria de recuperar um outro sentido que acredito estar contido na primeira citação de Lacan que utilizei acima, qual seja, a que diz:

“Que uma análise traga consigo os traços da pessoa do analisado, fala-se disso como se fosse óbvio. Mas acredita-se dar mostras de audácia ao manifestar interesse pelos efeitos que nela surtiria a pessoa do analista.” Pag. 591

Penso que além da dupla inserção transferencial do analista, está contida aí também uma outra noção que se desenvolve nos textos de Lacan e é expressa por ele da seguinte maneira em “Posições do Inconsciente” – Congresso de Boneval (1960/64):

“... os psicanalistas fazem parte do conceito de inconsciente, posto que constituem seu destinatário. Por conseguinte, não podemos deixar de incluir nosso discurso sobre o inconsciente na própria tese que o enuncia, a de que a presença do inconsciente, por se situar no lugar do Outro, deve ser buscada, em todo discurso, em sua enunciação. (Lembremos de que Lacan sustenta duas posições discursivas: o enunciado ligado como tal ao eu e definido também como campo da sugestão e a enunciação, ligada ao sujeito do inconsciente como efeito gerado nos interstícios do significante onde se define o campo que estrutura a transferência. Retomarei esta questão mais adiante a partir do grafo do desejo).

Nessa hipótese, o próprio sujeito do pretendente a sustentar essa presença, o analista, deve, com o mesmo movimento, ser informado e ‘questionado’, ou seja, experimentar-se sujeitado à fenda do significante.” Pg. 848. (Posições do inconsciente – 1964)

Quero agora abordar a questão da transferência por um viés particular, ainda que de forma breve, pois para fazê-lo de forma aprofundada e, especialmente com o rigor que seria necessário, precisaríamos dispor de mais tempo. Minha intenção, portanto, é a de abordar o assunto como um recurso a mais para que possamos ampliar nosso pensamento sobre a transferência como no que acabo de citar de Lacan. Gostaria de referir-me ao que Lacan chamou, na conferência que realizou em Baltimore em 1966, no Centro de Humanidades da Johns Hopkins, onde foi convidado a falar sobre o tema do estruturalismo, de *imissão de outredade*. Aliás, o título da conferência dada por ele foi: “Da estrutura como imissão de outredade como pré-requisito para qualquer sujeito”.

(Of structure as an immixing of an otherness prerequisite to any subject whatever).

Para darmos um passo a mais nesta maneira como gosto de pensar a clínica psicanalítica, gostaria de esclarecer que o termo inglês, *immixing*, utilizado por Lacan no

original, têm, em português, duas grafias possíveis e como decorrência duas acepções possíveis: uma com *ss* que significa dar posse legal de algo a alguém que tem esse direito e a outra com *sç* que significa mistura, mas uma mistura que não permite mais resgatar a condição original de cada um dos elementos misturados: como, por exemplo, duas tintas de cores diferentes que irão, depois de misturadas, compor uma nova cor.

É com esse sentido que gostaria de propor que pensássemos sobre o sujeito que é o objeto do trabalho analítico como definiu Lacan. Esse sujeito está proposto, especialmente a partir dos seminários 10 e 11, como estando em posição de *imissão de outredade* com o Outro. No seminário 10, destacaria a divisão constitutiva do sujeito e do Outro como elementos subjetivados e no seminário 11, a constituição do sujeito sustentada em duas operações lógicas fundamentais: a alienação e a separação. O que Lacan deduziu daí, foi que o discurso do Outro constituirá o meu inconsciente e, portanto, como sujeito, eu só poderei advir como sentido no campo desse Outro.

Assinalo para efeito de localização histórica na obra, que Lacan já usara o termo *imissão* no seminário 2, “O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise”, mas será apenas na altura dos dois seminários citados que o termo pôde ser trabalhado como um conceito que ganhou maior especificidade e clareza.

Quando Lacan nos diz que: “um significante é o que representa um sujeito para outro significante”, ele quer precisar que o sujeito só existe como efeito significante nessa hiância pulsante chamada inconsciente. Hiância entre dois significantes: na análise, um significante oferecido pelo analisando que fala e outro como intervenção do analista que o escuta, é nesse campo de potência que pode advir um efeito de sujeito, promovido pelo que poderíamos definir como *ato analítico*. O sujeito, portanto, não é nem o analisando, nem o analista, é aquilo que só pode advir em posição estrutural de *imissão de outredade*.

$$S1(\text{significante do analisando}) \setminus \$ / S2(\text{significante do analista})$$

É nesse sentido que compreendo o ato analítico como se sustentando num campo de *imissão* de duas discursividades e, mais ainda, é preciso reconhecer que o tempo do ato analítico como tal, bem como o tempo da existência do analista, enquanto função, será sempre o do tempo passado: foi um ato analítico, houve ali um analista.

Na sequência do texto que nos guia, Lacan retoma sua intenção de continuar a discussão sobre o tratamento, mantendo como eixo organizador a posição do analista e sua implicação na cura. E sobre isso, ele nos diz:

“Digamos que no investimento de capital da empresa comum, o paciente não é o único com dificuldades a entrar com sua quota. Também o analista tem que pagar:

— pagar com palavras, sem dúvida, se a transmutação que elas sofrem pela operação analítica as eleva a seu efeito de interpretação: (Para ampliar um pouco a compreensão sobre esta operação que Lacan destaca, diria tratar-se daquela que permite, ao analista, transformar um termo qualquer em significante).

— mas pagar também com sua pessoa, na medida em que, haja o que houver, ele a empresta como suporte aos fenômenos singulares que a análise descobriu na transferência.

— e, haveremos de esquecer que ele tem que pagar com o que há de essencial em seu juízo mais íntimo, para intervir numa ação que vai ao cerne do ser: seria ele o único a ficar fora do jogo?” Pag. 593

Eu me pergunto se nesse último comentário, Lacan não estaria apontando para a inevitável captura do analista num jogo cuja referente é a angústia, já que como sujeito dividido, ele também é surpreendido pelo que há de real em todo encontro analítico? A partir daí, entende-se o porquê de o analista não poder servir de modelo para o paciente, já que esta, também como ele, exposto às manifestações do inconsciente. Não escapando, portanto, de estar em contato com a sua própria condição de *falta-a-ser*. Haveria, por conseguinte, que cuidar-se quanto a não entrar no jogo analítico tendo seu eu como referência. Exigir-se-ia do analista que neste jogo, como diz Lacan, ele ocupasse a posição do morto: *“e que ao ressuscitá-lo, o jogo prossegue sem que se saiba quem o conduz.*

Eis por que o analista é menos livre em sua estratégia (que é sempre abstrata enquanto formulação teórica e de longo prazo na temporalidade do jogo) do que em sua tática (sempre concreta no sentido de refletir uma melhor ação para o momento).” Pag.595

Se quisermos considerar um exemplo geral, podemos dizer que o analista em termos da estratégia deve sempre preservar sua posição quanto a transferência simbólica, mas que, em determinado momento tático, nada o impede de usar uma intervenção que

privilegie o viés da transferência imaginária. Sobre isso, Lacan nos diz no texto de 1951, “Intervenção sobre a transferência”:

“...a transferência não é nada de real no sujeito senão o aparecimento, num momento de estagnação da dialética analítica, dos modos permanentes pelos quais ele constitui seus objetos. O que é então interpretar a transferência? Nada além de preencher com um engodo o vazio desse ponto morto. Mas esse engodo é útil, pois, mesmo enganador, reativa o processo.”

E ainda:

“...a transferência tem sempre o mesmo sentido, de indicar os momentos de errância e também de orientação do analista, o mesmo valor de nos convocar à ordem de nosso papel: um não-agir positivo, com vistas à ortodramatização da subjetividade do paciente”. Pag. 224/225.

E, por conta mesmo do que acabo de expor, retomo a fala de Lacan, já expressada numa citação anterior, na qual ele dizia que a impossibilidade de sustentar uma práxis pode se converter num exercício de poder. Nessa direção eu traria mais um de seus argumentos quando ele aborda a questão da transferência e do manejo da interpretação pelo analista:

“Só que essa interpretação, quando ele a faz, é recebida como proveniente da pessoa que a transferência lhe imputa ser. Aceitará ele beneficiar-se do erro de pessoa? A moral da análise não contradiz isso, desde que ele interprete tal efeito, sem o que a análise se reduziria a uma sugestão grosseira.” Pag. 597.

Cabe, no entanto, o complemento de que a transferência assim descrita se revela no seu viés imaginário, como afirmei acima, e, para que uma análise não se torne um patético movimento de construção de uma identificação ao analista, será necessário que esteja operando no campo transferencial o que Lacan chamou de transferência simbólica a qual se sustenta no lugar do Outro, como lugar da linguagem e lugar da lei.

Quanto à interpretação, Lacan irá insistir, na contramão de todas as vertentes psicanalíticas, daquele momento da história da psicanálise, que a interpretação não é um

dizer esclarecedor, não visa o aporte de um novo conhecimento, não busca o insight. E ele nos diz:

“Nenhum indicador basta, com efeito, para mostrar onde age a interpretação, quando não se admite radicalmente um conceito da função do significante que capte onde o sujeito se subordina a ele, a ponto de por ele ser subornado. (Só para recordar, como expliciti há pouco, o lugar onde o sujeito se subordina ao significante é na hiância onde pulsa o inconsciente).

A interpretação, para decifrar a diacronia das repetições inconscientes, deve introduzir na sincronia dos significantes que nela se compõe algo que, de repente, possibilite a tradução — precisamente aquilo que a função do Outro permite no receptáculo do código, sendo a propósito dele que aparece o elemento faltante.”

Pag. 599.

Lembremos que para o analista que dirige a análise a partir da lógica do significante, não se trata de oferecer ao analisando um sentido acabado, já que isso imporia a exigência de que um significante sozinho pudesse significar. Se eu adoto o que Lacan propôs sobre o significante em sua lógica de não poder significar nada sem o concurso de outro significante, não há como crer que eu conheça de antemão o sentido a ser oferecido ao analisando como interpretação. Diríamos antes, que o efeito da interpretação só pode ser colhido na sequência do que nos trouxe o analisando, sendo, portanto, surpreendente para ele e para nós. Apenas desta forma poderemos nos dar conta de ter produzido um efeito de substituição significante com poder de revelar o sujeito nesse momento criativo de efeito de metáfora; somente a isso poderíamos, com certeza, chamar de *ato analítico*.

Continuando a desenvolver o pensamento sobre a ação do analista, Lacan nos diz:

“Nossa doutrina do significante é, para começar, disciplina na qual aqueles a quem formamos se exercitam nos modos de efeito do significante no advento do significado, única via para conceber que, ao se inscrever aí, a interpretação possa produzir algo novo. Pois ela não se fundamenta em nenhuma assunção dos arquétipos divinos, mas no fato de o inconsciente ter a estrutura radical da linguagem, que um material funciona nela segundo leis, que são as descobertas pelo estudo das línguas positivas, das línguas que são ou foram efetivamente faladas.”

Pag. 600.

Destaca-se disso, a obviedade de que não se trata para o analista de usar qualquer que seja a intuição transcendental ou as sensibilidades inatas que só os afortunados teriam, trata-se de aprender a técnica fundada na estrutura significativa da língua.

Devemos nos valer das operações significantes que nos permitem acolher as manifestações do inconsciente como o define Lacan e para isso temos que manter em perspectiva que a possibilidade de significar da língua está sempre sustentada numa estrutura de, no mínimo, quatro significantes. Usando o clássico exemplo freudiano do Fort/Da, Lacan nos mostrará que esse conjunto significativo opera a partir de duas lógicas complementares, uma que se estruturaria na relação de *um ou outro*, por exemplo, o Fort ou o Da e, ao mesmo tempo, de uma lógica sustentada no *e*, que nos revela que na posição do Fort está, sob a barra o significativo Da, sendo que a mesma inversão se daria do lado do Da, exemplifico:

Fort	ou	Da
e		e
Da	ou	Fort

Lacan, na sequência, retoma o tema da interpretação e o faz por um viés bem interessante, ele nos diz que não abordará o assunto como se se tratasse de um conjunto de regras para com o modo de produzir a interpretação, pois esse simplesmente não seria o foco nesse momento. O que ele vai tratar é justamente a questão de como “validar” a interpretação, já que o fundamental não seria o que se afere de concordância ou discordância da parte do analisando e sim aquilo que se segue a interpretação como conteúdo significativo. Tratar-se-ia de uma posição de escuta que não privilegia a formação de significações e seus efeitos acachapantes na medida em que só fariam reforçar a trama imaginária do eu e sua alienação constituinte. E, assim sendo, com esse tipo de ação, o analista seria o único responsável pela resistência do analisando. Por isso, Lacan dirá então que a resistência em análise é sempre resistência do analista.

Por conta disso, teríamos que observar que a maneira mais pronta para que o analista se veja envolto na captura da transferência imaginária e sua consequente

dificuldade de superá-la, retrataria o que Lacan chamou de a impossibilidade do analista de se desvencilhar de suas paixões. Quais sejam:

“de seu receio, que não é do erro, mas da ignorância, de sua predileção; que não é satisfazer, porém não decepcionar; de sua necessidade, que não é de governar, mas de ficar por cima. Não se trata, em absoluto, da contratransferência deste ou daquele: trata-se das consequências da relação dual, caso o terapeuta não a supere — e como haveria de superá-la, se faz dela o ideal de sua ação.” Pag. 601/602.

Que o analista se sustente na posição que lhe destaca a idealização do analisando é parte essencial da mecânica transferencial que faz girar a engrenagem analítica. E aí está o que poderíamos rastrear desde Freud como sendo o campo da sugestão e que Lacan também endossará, definindo-o, em seu grafo do desejo, como lugar que corresponde ao eixo do significante como enunciado, onde se realiza a transferência imaginária. Nesta mesma lógica, ele proporá que a transferência no seu viés simbólico tem lugar no eixo da enunciação significante que posiciona o inconsciente, o sujeito e seu desejo.

Entender essas posições e suas consequências lógicas encaminha uma boa possibilidade de se compreender do que se trata quando nos perguntamos sobre o que é sustentar o lugar de analista. Exatamente por conta desta questão, Lacan busca examinar em que condições surgem determinadas maneiras de se conduzir o processo analítico, suas estratégias específicas e seus exemplos na história psicanalítica. Nesse sentido ele nos dirá o seguinte:

“Ligaremos o geneticismo, na medida em que ele tende a fundamentar os fenômenos analíticos nos momentos de desenvolvimento implicados e a se nutrir da chamada observação direta de crianças, a uma técnica particular: a que faz a essência desse procedimento incidir sobre a análise das defesas.” Pag. 609.

E na sequência, vai buscar em Freud as bases de sustentação dessa proposta analítica e de seus desdobramentos:

“Podemos mostrar seu início no crédito legítimo dado à noção de um eu inconsciente pela qual Freud reorientou sua doutrina. Daí passar à hipótese de que os mecanismos de defesa que se agrupavam sob sua função deviam poder, eles mesmos, correspondente à sucessão de fases pela qual Freud havia tentado ligar a emergência do pulsional à fisiologia, eis o passo que Anna Freud, em seu livro sobre

os Mecanismos de Defesa, propõe transpor, para submetê-lo à prova da experiência.” Pag. 610.

O modelo, que a partir daí se configurou, não deixou de revelar um tremendo desvio dos propósitos analíticos surgidos nos primórdios do trabalho freudiano. E acho imprescindível grafar com todas as letras que o desvio de propósitos em questão, começou afinal com o próprio Freud com algumas de suas proposições na chamada segunda tópica. Citarei um pequeno trecho das “Novas conferências introdutórias” de 1932 onde ele nos fala sobre os objetivos da análise:

“Seu propósito é, na verdade, fortalecer o EU, fazê-lo mais independente do Supereu, ampliar seu campo de percepção e expandir sua organização, de maneira a poder assenhorar-se de novas partes do Isso. Onde estava o Isso, ali estará o Eu. É uma obra de cultura — não diferente da drenagem do Zuiderzee” Pag. 102.

Seguindo com o atrelamento dessas linhas de consequência e que podemos isolar ainda no recorte que nos traz Lacan sobre o modelo proposto por Anna Freud, veremos surgir um modelo engessado e mecânico do encontro analítico, que acaba conduzindo a uma formulação pedagógica da análise e que, quase como consequência natural, faz emergirem modelos a serem prestigiados como sinal de sucesso da análise. Lacan cita ironicamente alguns deles e diz que não é sem constrangimento que o faz, seriam eles: mudança de patamar nos ganhos financeiros do paciente, adaptação a um modelo maduro de relações afetivas que conduziriam ao casamento, a gerar filhos, etc...

Outro modelo apresentado por Lacan como representativo desses desvios que se seguiram à obra de Freud, será o modelo que ele atribui originalmente à Abraham. Faz, entretanto, a ressalva de que, comparativamente, esse é um modelo menos degradado que o anterior. Ele faz um destaque especial para a noção original de Abraham de objeto parcial, mas o manterá circunscrito, numa avaliação crítica, ao uso restrito que será feito desse objeto em sua relação com a transferência, no mesmo sentido em que, mais tarde Lacan trabalhará com o *objeto a*. Ele nos diz que o que aparecerá como proposta de Abraham para a transferência será a utilização de uma noção, que ele chama de opaca, pois está referida ao que se poderia descrever como “capacidade de amar”.

Lembremos também, que a proposta de Abraham é extremamente desenvolvimentista e conduz ao mesmo ponto de chegada que a de Freud, a genitalidade, com todo o peso moralista que se pode detectar nela e que faz camuflar o aspecto sempre parcial do desejo que nos move.

A este propósito, diz Lacan:

“O pior é que as almas que se derramam na mais natural ternura acabam se perguntando se satisfazem a normalidade delirante da relação genital — fardo inédito que, a exemplo dos que o Evangelista amaldiçoa, amarramos para os ombros dos inocentes” Pag. 613.

Desta posição que inevitavelmente faz ressoar um modelo de transferência que teria sua sustentação no analista como ideal, na medida em que, supostamente, ele seria um sujeito “genitalizado”, surge como consequência desse modelo o seguinte aprisionamento:

“Se a transferência retira sua virtude de ser reconduzida à realidade da qual o analista é o representante, e se se trata de fazer o Objeto amadurecer na estufa de uma situação confinada, já não resta ao analisando senão um objeto, se nos permitem a expressão, em que fincar os dentes, e este é o analista.” Pag. 613.

Lembrem-se que, em vários momentos, Lacan tem chamado a atenção para o resultado funesto de se interpretar a relação analítica pelo prisma de uma relação intersubjetiva, o que não traria outro desfecho diferente do que o salientado acima. Nada além de um jogo aprisionado pelos limites da sedução e da persecutoriedade, características da relação imaginária que Lacan reconhece como estando descrita de diferentes formas em distintos autores e trazendo assim sua marca específica para o fim da análise: a introjeção, em Ferenczi, a identificação com o Supereu do analista, em Strachey e o transe narcísico terminal em Balint.

Seguindo esta discussão, Lacan irá destacar Ferenczi para explorar o conceito de transferência e, também, inevitavelmente, o modelo proposto por esse autor para o final da análise. É mais que provável que Lacan esteja se baseando no artigo de Ferenczi intitulado, “Introjeção e transferência” de 1909, quando cita o seguinte:

“Se Ferenczi concebe a transferência como introjeção da pessoa do médico na economia subjetiva, já não se trata aqui dessa pessoa como suporte de uma compulsão repetitiva, de uma conduta inadaptada, ou como figura de uma fantasia. Ele entende com isso a absorção, na economia do sujeito, de tudo o que o psicanalista presentifica no duo como hic et nunc de uma problemática encarnada. Pois não chega esse autor ao extremo de articular que a conclusão da análise só pode ser atingida na declaração que o médico faz ao doente do abandono que ele mesmo está em vias de sofrer?” Pag. 619.

Nesta referência específica, fica difícil não reconhecer, também, certas ressonâncias ao trabalho de 1932 do próprio Ferenczi, intitulado “Diário Clínico”, onde ele trabalha a questão da *análise mútua* e suas implicações para a clínica psicanalítica.

Penso que seja importante destacar, em contraposição a todos esses modelos citados, que Lacan não se furtará a declarar que o final da análise deverá fazer surgir o analista como resto, como rebotalho! Afinal, o que entra em jogo na análise é a falta-a-ser tanto do analisando quanto do analista e caberá ao analista saber sustentar e trabalhar esse jogo apaixonado do neurótico, matizado pelo amor, o ódio e a ignorância.

Nesse trabalho de oferecer escuta ao analisando temos acompanhado, como já assinalei anteriormente, as lúcidas críticas que Lacan faz aos modelos que se aferram à relação intersubjetiva e sua armadilha imaginária. Trata-se para ele de um descaminho para a psicanálise e que frequentemente se dirigiria para a busca do chamado *insight*. Quero, a respeito disso, apresentar uma frase de Lacan, que penso, representar bem o que estou destacando:

“Muitas vezes, mais vale não compreender para pensar, e é possível percorrer léguas compreendendo sem que disso resulte o menor pensamento.” Pag. 621.

E ainda sobre isso:

“A bem da verdade, o pensamento dos analistas é uma ação que se desfaz. O que deixa uma certa esperança de que, se os fizermos pensar nisso, eles, ao retomá-la, acabem repensando-a.” Pag. 622.

Se isto valeu como advertência para os analistas a quem Lacan formava no uso do instrumental analítico, não seria da mesma advertência que teríamos que nos valer hoje? Diante do que nos traz o analisando, não haveríamos, sempre, de pensar o ato analítico como algo que só se define *a posteriori*, já que não devemos nos antecipar na compreensão de qualquer que seja o juízo que se apoie em nosso conhecimento prévio? É preciso admitir que o analista não sabe nada sobre o desejo do analisando e não há como antecipar isso numa generalidade qualquer, será preciso o percurso da análise para fazer revelar o sujeito em sua posição desejante.

A questão que é abordada por Lacan na sequência dessas ideias, tem ocupado bastante a minha reflexão. Trata-se do seguinte, diz ele:

“O analista é o homem a quem se fala e a quem se fala livremente. Está ali para isso. E o que isso quer dizer?”

Tudo o que se pode dizer sobre a associação de ideias não passa de um figurino psicologicista. Os jogos de palavras induzidos já vão longe; a julgar por seu protocolo, nada é menos livre.” Pag. 622.

Eu lhes colocaria então a seguinte questão, embora Lacan, faça aqui uma alusão direta ao método proposto por Jung, caberia nos perguntarmos se mesmo no sentido freudiano, a associação livre não seria mais um desses rituais, quase místicos, que se mantém na psicanálise sem que se lhe aplique uma crítica norteadada pelo transcorrer da história do pensamento científico?

Diz-se ao analisando: fale qualquer coisa que lhe vier à cabeça! É disso que se trata? Nós como analisandos ou nós diante dos nossos analisandos testemunhamos isso? À parte o que pode haver aí de impossibilidade, quero poder questionar com vocês se é mesmo de qualquer coisa que se trata ou se o que queremos é que nos seja apresentado o roteiro de um sofrimento muito particular, seja qual for sua escritura?

Para podermos buscar uma importante referência desse elemento crítico necessário, apresentarei para vocês uma citação de Lacan retirada do seminário 17, “O avesso da psicanálise:

“Dizer qualquer coisa, como é que isso poderia levar a algo, se já não estivesse determinado que, no surgimento ao acaso dos significantes — pelo próprio fato de tratar-se de significantes — não há nada que não se reporte àquele saber que não se sabe, que na verdade é o que trabalha?” Pag. 35.

Penso que quem pode produzir esse efeito da associação, dita livre, é a escuta do analista que, por outro lado, também não tem nada de flutuante no seu sentido mais caricato. Prestamos uma atenção danada ao desfile dos significantes. Minha questão, portanto, é a de ter a liberdade de questionar se o que recitamos como associação livre e atenção flutuante não é apenas uma velha ladainha? Observem que não menosprezo os efeitos buscados através dessas consignas, sustento apenas que o trabalho com o significante transtornou radicalmente o modelo epistemológico anterior que se apoiava na ideia de representação como uma inscrição perene no aparelho psíquico e que tinha que ser alcançada retirando-se envoltório por envoltório até revelar-se o núcleo patógeno, como numa das primeiras versões propostas por Freud.

Vale que observemos como ilustração que, por conta disso, podemos verificar que se estruturaram verdadeiros esquemas de fortalecimento institucional mobilizados para a defesa corporativa dos analistas e para poupá-los de ter que se haver com suas próprias possíveis resistências e insuficiências técnicas. Permitindo-lhes, por manobras lastreadas por compreensões teóricas providenciais, atribuir ao analisando e ao seu não associar livremente, a interpretação de ser uma forma de resistir à análise. Outra perola ainda, neste mesmo sentido protetivo, é a liberdade de poder usar o argumento de que, se não estou entendendo o que o analisando me diz é porque meu pensamento está sendo atacado por ele. Ou seja, nessa perspectiva o analista nunca comete enganos, nunca falha, ele é o ideal da genialidade encarnado, especialmente se for um didata.

Como se não bastasse, isto nos leva a uma importante questão teórica, qual seja, já que não estamos, no campo psicanalítico, tratando com um indivíduo e nem com um cidadão, em suas especificidades biológicas e legais, será que podemos pensar em imputar responsabilidade ao sujeito? O sujeito tal como o temos trabalhado aqui na esteira do texto lacaniano é inimputável, não lhe cabe responsabilidade subjetiva. Senão vejamos, seguindo Lacan no texto, “Posições do inconsciente” de 1964, vemo-lo afirmando que como efeito de uma recusa é vedado ao:

“sujeito do desejo que ele se saiba efeito de fala, ou seja, que saiba o que ele é por não ser outra coisa senão o desejo do Outro. É nisso que todo discurso tem o direito de se considerar, por esse efeito (de sujeito) irresponsável.” Pag. 850.

Buscando então escapar a esses elementos caricatos que exemplifiquei, gostaria de lembrar-lhes que a verdade que se busca alcançar está sempre escondida da dupla analista-analisando. E para ambos a verdade da castração, a falta, resulta sempre em uma dura confrontação. Vejam o que diz Lacan:

“Nada é mais temível do que dizer algo que possa ser verdadeiro. Pois logo se transformaria nisso, se o fosse, e Deus sabe o que acontece quando alguma coisa, por ser verdadeira, já não pode recair na dívida.” Pag. 622.

Disso resultam algumas considerações bastante interessantes. Por um lado, há o fato de que não é a aquiescência do analisando que se busca com a interpretação e, ainda, como decorrência disso, a constatação de que depois de um ato analítico, quando ele se dá, não importa o que se faça ou diga, algo se desencaixa, fazendo fratura, em nossa suposta consistência do *eu*.

Seguindo um pouco mais a argumentação crítica que comecei acima e tentando acompanhar Lacan em sua construção teórica, que considero como absolutamente diferente de todas quantas haviam sido propostas antes, e, insisto ainda com relação a isto, que nunca se deveria discutir se melhor ou pior do que qualquer outra, porque isso seria uma total perda de tempo. Digo isto, pois a questão da eficácia não pode, de forma alguma, ser considerada como atributo inquestionável de apenas uma linha do pensamento psicanalítico já que afinal todas elas se valem da fala como instrumento. Portanto, buscando alcançar a coerência e a especificidade do pensamento que desenvolvo, falemos do que pode ser um ponto essencial. O analista escuta o que é dito, mas não para aderir ao sentido ali proposto e sim para encontrar no interstício do jogo significante possíveis aberturas ao que definimos como inconsciente. O analista produz o “ato falho” na medida em que trabalha com o efeito da produção metafórica, ou seja, um efeito de substituição significante.

Para deixar claro seu rumo e distanciar-se do que considera como uma adulteração dos propósitos da psicanálise, Lacan afirma:

“Que seja para além do discurso que se acomoda nossa escuta, sei disso melhor do que ninguém, quando simplesmente tomo o caminho de ouvir, e não o de auscultar. Sim, isso mesmo, não de auscultar a resistência, a tensão, o opistótono (é uma grave rigidez corpórea como a promovida pelo tétano ou pela meningite), a palidez, a

descarga de adrenalina (sic) em que se reconstituiria um EU mais forte: o que escuto é por ouvir. (Aqui Lacan faz um jogo com a palavra francesa *entendre*, que significa ouvir, mas também “entender, captar, reconhecer”. E vejam que aqui ele referenda, para meu entendimento, o que eu disse há pouco sobre a atenção flutuante, “o que escuto é por ouvir”. Ouvir ou ler a trama dos significantes.) Pag. 622.

Para alinhar vários aspectos muito importantes de tudo quanto discutimos até aqui, libero-me para fazer uso de uma longa citação pelo que ela nos traz de relevante:

“Ouvir não me força a compreender. O que ouço não deixa de ser um discurso, mesmo que tão pouco discursivo quanto uma interjeição. Pois uma interjeição é da ordem do discurso que não cede a nenhuma outra no que tange aos efeitos de sintaxe numa língua determinada.

Naquilo que ouço, sem dúvida, nada tenho a replicar, se nada compreendo disso ou se, ao compreender algo, tenho certeza de estar enganado. Isso não me impedirá de responder. É o que se faz, fora da análise, em casos similares. Eu me calo. Todos concordam em que frustro o falante, e ele em primeiríssimo lugar, assim como eu. Por quê? (É óbvio que não se trata aqui da proposição de uma militância afásica da parte de Lacan. Lembremos que no contexto teórico que nos sustenta, o silêncio também é um significante e, ademais, Lacan declarava que o analista devia falar amplamente com o analisando).

Se eu o frustro, é que ele me demanda alguma coisa. Que eu lhe responda, justamente. Mas ele sabe muito bem que isso seriam apenas palavras. Tais como as recebe de quem quiser. Ele nem tem certeza de que me seria grato pelas boas palavras, muito menos pelas ruins. Essas palavras não são o que ele me pede. Ele me pede... pelo fato de que fala: sua demanda é intransitiva, não implica nenhum objeto.

(Quanto a isso lembrem-se do que disse Lacan, sobre o fato de que toda demanda é, em última instância, demanda de amor).

É claro que sua demanda se manifesta no campo de uma demanda implícita, aquela pela qual ele está ali: de ser curado, de ser revelado a si mesmo, de ser levado a conhecer a psicanálise, de ser habilitado como analista. Mas essa demanda, ele sabe, pode esperar. Sua demanda atual nada tem a ver com isso, nem sequer é dele, pois, afinal, fui eu que lhe fiz a oferta de falar. (Somente o sujeito é transitivo aqui). (Dizendo em outras palavras, é o desejo do analista, em última instância, o desejo de

analisar, que cria a demanda de análise e as condições para o estabelecimento da transferência).

Consegui, em suma, aquilo que se gostaria, no campo do comércio comum, de poder realizar com a mesma facilidade: com a oferta, criei a demanda.

Por intermédio da demanda, todo o passado se entreabre, até recônditos da primeira infância. Demandar: o sujeito nunca fez outra coisa, só pôde viver por isso, e nós entramos na sequência.

É por essa via que a regressão analítica pode se produzir e que de fato se apresenta (Quer dizer, na forma de determinados tipos de demandas). Falasse dela como se o sujeito se pusesse a bancar a criança. Sem dúvida isso acontece, e essa momice não é do melhor augúrio. De qualquer modo, ela sai do que é comumente observado no que é tido por regressão. Pois a regressão não mostra outra coisa senão o retorno, no presente, de significantes comuns, em demandas para as quais há uma prescrição. Pag. 623/24.

Isto ao que se referiu Lacan como sendo um entreabrir do material associativo direcionado ao analista que criou a demanda, marca o que a seguir ele chamará de *transferência primária* e que só pode estar sustentada ao que já me referi como sendo a transferência imaginária. E essas demandas que se dirigirão ao analista, são como já foi dito, em último caso, demandas de amor. Segue Lacan:

“...se o amor é dar o que não se tem, é verdade que o sujeito pode esperar que isso lhe seja dado, uma vez que o psicanalista nada mais tem a lhe dar. Mas nem mesmo esse nada ele lhe dá, e é bom que seja assim: é por isso que se paga a ele por esse nada, e generosamente, de preferência, para deixar bem claro que, de outro modo, isso não valeria grande coisa. Mas, se na maioria das vezes a transferência primária mantém-se no estado de sombra, não é isso que impede essa sombra de sonhar e reproduzir sua demanda, quando não há mais nada a demandar. Essa demanda, por ser vazia, será ainda mais pura.” Pag. 624. (Ou seja, mais puramente, demanda de amor).

Lacan insistirá também no fato de que não se trata, para o analista de atender ou frustrar a demanda, como supõem algumas teorias psicanalíticas. Lembremos que, pelo fato mesmo de a demanda recortar objetos de linguagem, nenhum objeto pode, realmente,

satisfazer a demanda. Nesse sentido é importante entender que a frustração seria um fato de estrutura que estaria referido à hiância constituída no *boucle* dos significantes S1 e S2, por exemplo.

E Lacan nos coloca o seguinte:

“Ora, convém lembrar que é na demanda mais antiga que se produz a identificação primária, aquela que se efetua pela onipotência materna, ou seja, a que não apenas torna dependente do aparelho significante a satisfação das necessidades, mas que as fragmenta, as filtra e as molda nos desfilamentos da estrutura do significante.

As necessidades subordinam-se às mesmas condições convencionais que são próprias do significante em seu duplo registro — sincrônico, de oposição entre elementos irreduzíveis, e diacrônico, de substituição e combinação —, pelas quais a linguagem, se certamente não preenche tudo, estrutura a totalidade da relação inter-humana.”

Pag. 625.

Eu poderia, seguindo Lacan, enfatizar o que se conclui daí, fazendo a afirmação de que não há sujeito humano fora da linguagem. Talvez, devesse também dizer, seguindo a Heidegger, quando em seu trabalho, “O que é a Metafísica” afirma que: o *ente* é tudo o que existe, mas o homem é o único *ente* aberto ao *ser*.

Retomando, então, a questão do encontro analítico, diríamos que, se a liga originária que será posta em jogo na interação analítica traz a marca de um recorte imaginário qualquer do analista que se escolhe para ser o nosso, ao analista caberá o zelo teórico de não se permitir coincidir com essa figura que recorta um engodo, um semblante. E para isso é necessário que se compreenda a afirmação de Lacan:

“Não há qualquer necessidade, portanto, de ir buscar mais longe a mola da identificação com o analista. Ela pode ser muito variada, mas será sempre uma identificação com significantes (Dizendo de outra forma, identificação com um significante qualquer do analista).

À medida que se desenvolve uma análise, o analista lida alternadamente com todas as articulações da demanda do sujeito. Mas só deve, como diremos mais adiante, responder aí a partir da posição da transferência.” Pag. 625.

Vale a pena retomarmos o sentido da frustração como o trabalhamos há pouco, quer dizer, como parte da estrutura do jogo significante e entender, portanto, que Lacan nos fala da função analítica da transferência simbólica. Segue-se a seguinte crítica feita por ele:

“Os analistas que podemos chamar de fascinados pelas sequelas da frustração atêm-se tão somente a uma postura de sugestão, que reduz o sujeito a repassar sua demanda. Sem dúvida é isso que se entende por reeducação emocional.

A bondade é decerto mais necessária ali do que em outros lugares, mas não tem como curar o mal que engendra. O analista que quer o bem do sujeito repete aquilo em que ele foi formado, e até, ocasionalmente, deformado. A mais aberrante educação nunca teve outro motivo senão o bem do sujeito.” Pag. 625.

A parte final desse importante trabalho de Lacan é resumida na seguinte frase: “É preciso tomar o desejo ao pé da letra”. É uma frase que, para mim, carrega, até o ponto histórico do texto que lhes apresento, o essencial da subversão lacaniana na psicanálise quanto aos seus parâmetros anteriores. Vai buscar inspiração no texto fundamental de 1957, “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud” e, também, sem dúvida no texto “Subversão do sujeito e dialética do desejo”, também da mesma época.

Retomando a pergunta de Lacan: o que fazemos quando fazemos análise? Teremos, a partir desse ponto, condições de vislumbrar em que campo estamos metidos quando nos guiamos pela teoria lacaniana. Os títulos, destes artigos que citei, trazem já uma referência clara ao eixo que organiza nosso trabalho. O sujeito, o desejo e o inconsciente. Aí está o objeto ou, se preferirmos a abrangência, os objetos que recortam o campo analítico.

No início de nossas discussões nesse semestre, apresentei algumas características que definem o significante na visão de Lacan. Seria importante mantê-las em perspectiva para podermos trabalhar, tanto o desejo, quanto o sujeito e o inconsciente.

O desejo para Lacan é essencialmente uma negatividade; desejo é desejo de desejo. Seu grande interlocutor na construção dessa visão do desejo foi, com certeza, Hegel, que na “Fenomenologia do espírito” (1807) fez surgir essa visão do desejo humano. Rapidamente, com a única pretensão de poder ilustrar e situar a origem dessa definição,

resumo o seguinte: para Hegel o desejo animal possuiria um objeto natural que lhe corresponderia; para toda e qualquer necessidade haveria um objeto específico que satisfaria o desejo no campo da natureza. Já para o homem, ser de linguagem, não haveria um objeto natural do desejo, por isso Hegel afirma que, para o humano, desejo é desejo de desejo ou desejo de ser reconhecido no desejo do outro. Claro que Lacan, como sempre, fará modificações bastante notáveis nesta proposição, embora mantenha sua essência. A grande questão com relação ao pensamento filosófico é que nele nunca se contempla, em seus desenvolvimentos conceituais, a noção de inconsciente, mantendo-se com isso o centramento do sujeito no campo da consciência.

A esta altura do texto, vale lembrar, que a grande revolução freudiana foi o descentramento do sujeito humano do campo da consciência, apresentando-o como tendo um funcionamento sempre dividido entre o consciente e o inconsciente. Penso que deva esclarecer aqui que quando digo sujeito humano, eu estou tomando o termo em uma perspectiva que definiria o sujeito dentro de uma categoria universal antropológica e não como o conceito psicanalítico de sujeito, que, como todos sabemos, só aparecerá mais tarde na pena de Lacan. E leve-se também em consideração, que Freud nunca desenvolveu o conceito de sujeito, se usou o termo uma ou duas vezes em sua obra, ele o fez apenas de forma descritiva. Vou me concentrar, portanto, no sujeito proposto por Lacan.

Para isso, acho importante trazer aqui uma outra citação para apoiar a concepção de sujeito e sua relação com o desejo. Destacando o recorte desejante único para a subjetividade de cada um de nós. Refiro-me a uma citação do seminário 5, “As formações do inconsciente” quando Lacan nos diz o seguinte sobre o sujeito:

“é a aventura primordial do que se passou em torno do desejo infantil, do desejo essencial, que é o desejo do Outro, ou o desejo de ser desejado. O que se inscreve no sujeito ao longo dessa aventura fica permanentemente ali, subjacente. É isso que dá a última palavra do que nos interessa no sonho. Um desejo inconsciente exprime-se através da máscara do que, ocasionalmente, terá dado ao sonho seu material. Ele nos é significado através das condições sempre particulares que são impostas ao desejo pela lei do significante.

Estou tentando aqui ensiná-los a substituírem a mecânica, a economia das gratificações, dos cuidados, das fixações, das agressões — que fica mais ou menos confusa na teoria, por ser sempre parcial — pela noção fundamental da dependência primordial do sujeito em relação ao desejo do Outro. O que se estrutura do sujeito

passa sempre pela intermediação do mecanismo que faz com que seu desejo já seja, como tal, moldado pelas condições da demanda. Eis o que vai sendo inscrito, conforme a história do sujeito, em sua estrutura: são as peripécias, os avatares da constituição desse desejo, na medida em que ele está submetido à lei do desejo do Outro. É isso que faz do mais profundo desejo do sujeito, daquele que permanece suspenso no inconsciente, a soma, a integral, diríamos, desse D maiúsculo que é o desejo do Outro.” Pag. 282/283.

Considero fundamental que possamos, na sequência do que foi exposto, apontar para o fato de que da relação do sujeito com o desejo do Outro resulta um recorte único na forma como o desejo se implanta na trama significativa do inconsciente; a isto podemos chamar de fantasia ou fantasma. Lacan, quanto a isto, nos dá o norte e faz a seguinte afirmação:

“... uma vez definida como uma imagem utilizada na estrutura significativa, a ideia de fantasia inconsciente não cria mais dificuldades. Digamos que a fantasia, em seu uso fundamental, é aquilo mediante o qual o sujeito se sustenta no nível de seu desejo evanescente, evanescente porquanto a própria satisfação da demanda lhe subtrai seu objeto”. Pag. 643.

Lacan grafa a fantasia através de um conhecido matema: ($\$ \diamond a$). A leitura do mesmo pode ser realizada da seguinte forma: “S barrado punção de a ”. Vamos, todavia, explorar um pouco mais cada um de seus elementos. Da maneira como gosto de trabalhá-lo, costumo entrever no matema uma relação entre os três registros lacanianos: real, simbólico e imaginário. O $\$$, traz uma evidente relação com o campo simbólico do significante, lugar do sujeito em sua “inefável e estúpida existência” como disse Lacan no texto “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose”, publicado em 1959. O símbolo matemático da punção, pode ser entendido como representando aproximação e afastamento, o que para mim reproduz o infundável circuito da Demanda, nunca satisfeita, apenas *encarnável* em objetos sustentados pelo entrelaçamento do imaginário e do simbólico. Já o *objeto a*, é um objeto real, um impossível, apenas causa de desejo e angústia. Por último, é preciso determinar o dispositivo topológico da *hiância* significativa como lugar onde se inscreve a fantasia.

Retomando o conceito de sujeito, ele trará também, como já assinalei acima, esse elemento que poderíamos incluir no campo da negatividade, já que o sujeito com o qual

trabalhamos na análise lacaniana é um sujeito sem estatuto ontológico, um sujeito evanescente, cujo tempo lógico de existência é sempre o “terá sido”, nunca o que é ou o que pudesse estar no momento presente.

Lembremo-nos também de que o sujeito lacaniano em seu enunciado fundamental nos foi assim apresentado: um significante é o que representa um sujeito para outro significante. O sujeito, portanto, é produto do jogo dos significantes, um efeito metafórico desse jogo. Para que vocês entendam de que estatuto de sujeito estamos falando, basta lembrar que o modelo topológico do sujeito para Lacan é a banda de Möbius. Uma superfície topológica, bidimensional, dita não orientada e que revelaria o sujeito como resultado de um corte lógico produzido medianamente, revelando-o na posição do que Lacan definiu como sendo a do “*oito interior*”.

Na sequência do texto, Lacan trará como ilustração para a discussão da questão do desejo e sua relação com o significante o sonho da “Bela açougueira”, tal como o encontramos na *Interpretação de sonhos*. Apresento-lhes aqui, rapidamente, o texto do sonho tal como Freud nos deixou:

“Quero oferecer um jantar. Mas só me resta um pouco de salmão defumado. Tenho a ideia de fazer compras, mas me lembro de que é domingo à tarde e que todas as lojas estão fechadas. Digo a mim mesma que vou telefonar para alguns fornecedores. Mas o telefone está com defeito. Assim, tenho que renunciar à minha vontade de oferecer um jantar.”

Este sonho foi descrito por Freud na parte 1 da *Interpretação de sonhos* como “sonho sobre a ceia de salmão defumado”. Freud o utiliza, vale dizer, como exemplo a ele proposto, por esta paciente, como contradizendo sua teoria de que o sonho é sempre uma realização de desejo.

Na sequência Lacan nos traz a seguinte elaboração sobre o sonho:

“...um desejo de desejo, ou seja, um desejo significado por um desejo (o desejo da histérica de ter um desejo insatisfeito é significado por seu desejo de caviar: o desejo de caviar é o seu significante), inscreve-se no registro diferente de um desejo que substitui um desejo (no sonho, o desejo de salmão defumado próprio da amiga vem substituir o desejo de caviar da paciente, o que constitui a substituição de um significante por um significante.” Pag. 627.

O que está implicado na lógica do que Lacan acabou de propor é, exatamente, a possibilidade de compreender o sonho como sendo uma produção metafórica do desejo. Lembremos para complementar, que Lacan nos apresenta a metáfora como geradora de um efeito positivo de criatividade que pode revelar ao sujeito um certo vislumbre de sua posição desejante. Como, por exemplo, no sonho em questão, onde a posição desejante traz a marca, necessária, da impossibilidade. Mas, lembrem-se de que o desejo se expressa fundamentalmente como metonímia; Lacan dirá que o desejo é a metonímia da falta-a-ser. Se na metáfora encontramos o elemento de criação do novo, na metonímia vemos deslizar o que Lacan chamou de *pouco de sentido*, o resto, aquilo que foi extraído de uma totalidade (*das Ding*), só concebível, aliás, por um efeito de ressignificação. A metonímia, portanto, é um *pouco de sentido* que desliza no campo do significante apontando para uma ilusão de totalidade.

Vejamos como Lacan propõe, para organizar o que trabalhamos até aqui, a questão da estrutura do desejo:

“O desejo é aquilo que se manifesta no intervalo cavado pela demanda aquém dela mesma, na medida em que o sujeito, articulado à cadeia significante, traz à luz a falta-a-ser com o apelo de receber seu complemento do Outro, se o Outro, lugar da fala, é também o lugar dessa falta.

O que é assim dado ao Outro preencher, e que é propriamente o que ele não tem, pois também nele o ser falta, é aquilo a que se chama amor, mas são também o ódio e a ignorância.

Penso que vale a pena abrir aqui um espaço para comentarmos a questão da ignorância tal como Lacan nos apresenta, já que o amor e o ódio estão comumente mais reconhecíveis em seu texto. No seminário 1, “Os escritos técnicos de Freud”, Lacan se detém sobre o tema e nos diz que, sem dúvida, trata-se de uma noção dialética. Afirma que é somente na perspectiva de uma relação com a verdade que pode surgir a ignorância e que, portanto, só pode se tratar de um estado do sujeito que fala. Nesse sentido, o que faz o analista diante de alguém que procura análise, é estabelecê-lo, pela manobra do significante, no lugar de quem ignora uma verdade sobre si. E Lacan nos diz:

É também isso, paixões do ser, o que toda demanda evoca para-além da necessidade que nela se articula, e é disso mesmo que o sujeito fica tão mais propriamente privado quanto mais a necessidade articulada na sua demanda é satisfeita.

Mais ainda, a satisfação da necessidade só aparece aí como o engodo em que a demanda de amor é esmagada, remetendo o sujeito ao sono em que ele frequenta os limbos do ser, deixando que este fale nele. Pois o ser da linguagem é o não-ser dos objetos...” Pag. 633/34.

Para refletirmos um pouco mais quanto ao nosso trabalho clínico a partir do argumento trazido por Lacan de que o sujeito se afasta tão mais de suas paixões quanto mais se lhe atende a necessidade articulada em sua demanda, eu diria que é aqui que a famigerada neutralidade do analista tem que ser operada de forma tática. Pois, é nesse sentido que podemos potencializar a possibilidade de dar condição de expressão ao sujeito que deseja e a todos os seus automatismos de repetição. É exatamente pela possibilidade de poder dar em excesso, como forma de escamotear a falta, ou seja, dar o que se tem de sobra, ao invés de dar aquilo que não se tem, que Lacan nos entrega o seguinte recorte sobre o sofrimento da criança:

“... a criança nem sempre adormece assim no seio do ser, sobretudo quando o Outro, que também tem suas ideias sobre as necessidades dela, se intromete nisso e, no lugar daquilo que ele não tem, empanturra-a com a papinha sufocante daquilo que ele tem, ou seja, confunde seus cuidados com o dom do amor.

É a criança alimentada com mais amor que recusa o alimento e usa sua recusa como um desejo (anorexia mental).

Limites em que se apreende, como em nenhum outro lugar, que o ódio retribui a moeda do amor, mas onde a ignorância não é perdoada. (A ignorância de quem cuida da criança, por exemplo)

Afinal de contas, a criança, ao se recusar a satisfazer a demanda da mãe, não exige que a mãe tenha um desejo fora dela, porquanto é essa a via que lhe falta rumo ao desejo? Pag. 634.

À consequência disso, ele nos apresenta assim as linhas gerais que circunscrevem seu conceito de desejo:

“— se o desejo efetivamente está no sujeito pela condição, que lhe é imposta pela existência do discurso, de que ele faça sua necessidade passar pelos desfilamentos do significante; e

“— se, por outro lado, como demos a entender anteriormente, abrindo a dialética da transferência, é preciso fundar a noção do Outro com maiúscula como sendo o lugar de manifestação da fala (O que nos leva a sua definição do inconsciente como sendo o discurso do Outro).

“— deve-se afirmar que, obra de um animal presa da linguagem, o desejo do homem é o desejo do Outro. Pag. 634.

Lacan agregará ainda, quanto à posição lógica do desejo, que ele está a um só tempo no aquém e no além da demanda. Para cada *boucle* de significantes e podemos, para ilustrá-lo, usar como referência o exemplo inaugural da *metáfora paterna*. Teremos nela, um efeito de transposição metonímica que leva de S1 para S2 na produção de uma demanda possível, mas que, por seu efeito de frustração estrutural, essa demanda insatisfeita potencializa no além dela própria um novo enlace desejante, desejo que é, afinal, pura falta a se projetar na formulação de outra demanda endereçada a um outro objeto metonímico.

O desejo como pura falta, é o resultado de uma operação de linguagem que determina a incompletude tanto do sujeito quanto do Outro, como Lacan trabalhou no seminário 10, “A angústia”. O efeito dessa operação lógica aparecerá como extração do *objeto a*, ao qual ele atribuirá a função de causa de desejo. Esse objeto cedido de meu corpo, que Lacan, por exemplo, fara encarnar-se no naco de carne cedido na circuncisão e que jamais será recuperável. E só podendo surgir como falta no campo do imaginário e como articulador da lei no campo do simbólico. Eis como essa referência aparece na “Direção da cura...”:

“*Esse momento de corte é assombrado pela forma de um farrapo ensanguentado: a libra de carne paga pela vida para fazer dele o significante dos significantes, como tal impossível de ser restituído ao corpo imaginário...*” Pag. 636.

É nesse sentido que o falo, na sua expressão imaginária, será sempre representado a partir da negatividade do (-φ), que marca a impossibilidade de restituição assinalada por Lacan. Como compreender a afirmação de que o falo imaginário aponta para um

impossível a restituir e que, ao mesmo tempo, seja esta a única forma de podermos obter nossa cota de prazer no jogo finito do existir? Se olharmos para um copo com água pela metade, podemos reconhecer que a outra metade pode ser preenchida por água ou, enfim, por qualquer outro líquido. Se o copo estivesse todo vazio, não haveria ali nenhum indício de falta. Levando a metáfora um pouco mais longe, diríamos de outra forma, que é preciso que a visão do semelhante indique a incompletude que carrego em mim e que, por conseguinte, ele também carrega nele. Vale que nos lembremos de uma importante afirmação de Lacan quanto ao fato de que não há falta no real e que a falta só pode existir a partir do simbólico. No lugar de uma falta reconhecida, simbólica portanto, há espaço para uma experiência de preenchimento, ainda que nossa sede nunca seja de fato aplacada e que, portanto, o copo nunca possa, de fato, estar completamente cheio, a não ser pela ilusão que nos transporta num deslizamento metonímico infinito.

Gostaria agora de retomar o que, no decorrer desses nossos encontros, me esforcei por chamar-lhes a atenção, ou seja, para o que considero ser uma posição lacaniana, às vezes, pouco notada, mas que para mim assume um caráter essencial e distintivo da direção da análise na perspectiva do que propôs Lacan. Trata-se da noção de *imissão de outredade*, como forma de conceber o sujeito em relação constante de determinação com o Outro. Gostaria, nesse ponto da exposição de usar um exemplo clínico que Lacan nos oferece na sequência do texto e que resumirei para vocês.

O paciente, padece de impotência na relação com sua amante e resolve propor a ela que tenha relações com outro homem para ver o que acontece. Nessa mesma noite a amante tem o seguinte sonho: *“Ela tem um falo (pênis) e sente-lhe a forma sob suas roupas, o que não a impede de ter também uma vagina e, acima de tudo, de desejar que esse falo a penetre”*.

Lacan afirma que após ouvir o relato do sonho, o paciente, imediatamente, recupera sua potência e a demonstra à companheira. E em seguida, ele nos adverte do seguinte:

“Não analisamos seu sonho contudo, mas o efeito dele em nosso paciente”.

“Aqui, é única a oportunidade para mostrar a figura que enunciamos nesses termos: que o desejo inconsciente é o desejo do Outro — uma vez que o sonho é feito para satisfazer o desejo do paciente para-além de sua demanda, como é sugerido pelo fato de ele ter sucesso. Não é por não ser um sonho do paciente que

ele tem menos valor para nós, se, por não se dirigir a nós, como acontece com o analisando, dirige-se tão bem a ele quanto o poderia fazer o analista.” Pag. 638.

Rapidamente, com o intuito de trazer mais uma ilustração, relato de forma bastante sintética um caso que supervisionei. A analista relata o caso como recortando, essencialmente, a fala do paciente sobre o que lhe diz sua mulher e de como isso o aborrece. Trata-se de um homem que ora está desempregado, ora em condições pouco satisfatórias de emprego, mas que, de repente, resolve que pode comprar um veículo a prestação. E, cabe ressaltar aqui por razões de clareza, que não se trata de uma questão que pudesse ser nosograficamente referida às perturbações de um quadro de mania. O discurso do paciente gira em torno desta mesma queixa, constantemente dirigida à mulher (digamos que esse seja seu significante). Esse caso, começou a ser trabalhado pela colega analista já dentro da pandemia e, portanto, era um atendimento, desde sempre, feito de forma virtual. Um dia, no início de uma sessão, o analisando diz o seguinte: “Minha mulher gostaria de conversar com você e eu acho importante que você ouça o que ela tem a dizer sobre mim”. A analista é tomada de completa surpresa, pois, de repente, a mulher já estava enquadrada na tela e então, deixa que ela lhe fale.

A questão a se destacar aqui, é que a mulher apresenta em seu discurso todas as preocupações que já haviam chegado à analista pelo discurso de seu analisando na forma de seus queixumes, mas, curiosamente, ela o nota tranquilo e aquiescente quanto ao discurso da mulher, como quem se reconhece em outra posição menos reativa e querelante e mais integrado. É um discurso que chega do outro como constituinte dele e tendo o poder de, de certa forma, retificá-lo e de, como disse, apaziguá-lo. (funcionando como um outro significante)

Gostaria de utilizar esses dois exemplos, para reafirmar perante vocês o que, no meu modo de entender, permite-nos dirigir uma análise levando em conta a relação de *imissão de outredade* entre o sujeito e o Outro. Não duvido, que vocês já tenham testemunhado ou mesmo sido agentes de um tipo de intervenção que deixa claro a posição teórica do analista que crê que a fala só tem valor quando traz o próprio analisando como articulador da mesma, caso contrário estaríamos diante apenas de formas de tergiversação.

Desta posição decorreria algo assim como sustentar o subjetivo como sendo um campo de individualidade e, por conseguinte, como interioridade, como profundidade e, portanto, como algo que, em última instância, está contido no envoltório orgânico. Não consigo pensar em nada mais distante do que o que propõe Lacan com seus conceitos fundamentais: “o inconsciente é o discurso do Outro”, “o desejo é o desejo do Outro”, “a pulsão vem do Outro”, etc.

Nosso passo seguinte pode ser introduzido pela seguinte frase de Lacan:

“A importância de preservar o lugar do desejo na direção do tratamento requer que esse lugar seja orientado em relação aos efeitos da demanda, os únicos atualmente concebidos como princípios do poder da análise” Pag. 640.

Reflitamos um pouco a esse respeito. O que entender por efeitos da demanda? Digamos que, quanto ao desejo e sua satisfação, o efeito da demanda é, essencialmente, o da frustração como já assinalei. Já que nenhuma demanda pode, enfim, ser satisfeita na medida em que, toda demanda é, em seu fundamento último, demanda de amor e como nos diz Lacan: amar é dar o que não se tem. Seguindo essa lógica, outro efeito decorrente da frustração da demanda é reinstalar no seu além, um novo movimento metonímico do desejo. E, considerando-se o que foi dito, precisaríamos concluir que o que sustenta a análise é o que poderíamos definir com Lacan como sendo a *ética que persegue o desejo do sujeito*.

Sigamos o texto mais um pouco:

“Tornemos a partir mais uma vez de que, antes de mais nada, é para o sujeito que sua fala é uma mensagem, porque ela se produz no lugar do Outro. Que, em virtude disso, sua própria demanda provenha dele e seja formulada como tal não significa apenas que ela está submetida ao código do Outro. É que é desse lugar do Outro (ou mesmo de sua época) que ela data.

Coisa que se lê com clareza na fala mais livremente proferida pelo sujeito. Sua mulher ou seu mestre, para que recebam sua confiança, é com um “tu és...(uma ou o outro)” que ele os invoca, sem declarar o que ele próprio é, a não ser murmurando contra si mesmo uma ordem de assassinato que o equívoco do francês torna audível. (Tu e tue).

Esse comentário evoca o que foi trabalhado por Lacan no esquema L, onde ele declara que o sujeito recebe do Outro sua mensagem de forma invertida, ou seja: tu és minha mulher/ tu és meu homem. Lembremos, para entendermos de que assassinato se trata, que toda vez que o sujeito é nomeado ou predicado ele desaparece como ser, é morto enquanto tal, para surgir como um objeto de linguagem qualquer.

Observem o que diz Lacan neste sentido:

“O desejo, por sempre transparecer na demanda, como se vê aqui, nem por isso deixa de estar para-além. E está também para-aquém de uma outra demanda em que o sujeito, repercutindo no lugar do outro, menos apagaria sua dependência por um acordo de retorno do que fixaria o próprio ser que ele vem propor ali.

Isso quer dizer que é de uma fala que suspenda a marca que o sujeito recebe de seu dito, e apenas dela, que poderia ser recebida a absolvição que o devolveria a seu desejo.

Esta é a marca que a fala do analista poderia introduzir como ato que restitui o sujeito a sua legitimidade desejante, seja ela qual for não importando que caminhos o campo social nomeie como desejáveis ou normativos. E para finalizar essa citação, ele conclui:

“Mas o desejo nada é senão a impossibilidade dessa fala, que, por responder à primeira, não consegue fazer outra coisa senão reduplicar sua marca, consumando a fenda (Spaltung) que o sujeito sofre por só ser sujeito na medida em que fala.

Pag. 640.

É porque falamos e porque isto sempre implica o Outro e sua falta, que também em análise, naquilo que diz respeito à transferência estamos implicados num jogo de demanda. E o que se nos demanda o paciente, numa miríade de formas, é, em última instância e sem que ele saiba, que o amemos.

Fazendo uma aproximação dos efeitos de sugestão e de transferência, Lacan nos dirá o seguinte:

“...a transferência também é uma sugestão, porém uma sugestão que só se exerce a partir da demanda de amor, que não é demanda de nenhuma necessidade.” Pag. 641.

Como temos dito, estando o desejo no aquém e no além da demanda, essa engrenagem linguageira, impulsionada pela fantasia inconsciente como aquilo que produz a amarração subjetiva do desejo nos fará perseguir as infinitas demandas que este fantasma recorta. Lembremos, para fins dialéticos, que a proposição kleiniana de fantasia, segundo Lacan, estaria aprisionada numa visão imaginária sem poder contar com o conceito de significante e que, por isso mesmo, gira em falso num círculo vicioso. Se, no entanto, a condição imagética se enreda no campo significante, ou seja, o campo do simbólico, a concepção de fantasia inconsciente ganhará outra dimensão. Recordemos, como já referido anteriormente que:

“Digamos que a fantasia, em seu uso fundamental, é aquilo mediante o qual o sujeito se sustenta no nível de seu desejo evanescente, evanescente porquanto a própria satisfação da demanda lhe subtrai seu objeto.” Pag. 643.

E ainda:

“É, pois, a posição do neurótico em relação ao desejo — digamos, para encurtar, à fantasia — que vem marcar com sua presença a resposta do sujeito à demanda, ou, dito de outra maneira, a significação de sua necessidade. Mas essa fantasia nada tem a ver com a significação em que interfere. Essa significação, com efeito, provém do Outro, na medida em que dele depende que a demanda seja atendida. Mas a fantasia só chega a isso por se encontrar na via de retorno de um circuito mais amplo, aquele que, levando a demanda aos limites do ser, faz com que o sujeito se interrogue sobre a falta em que ele aparece a si mesmo como desejo.” Pag. 645.

Para dar contornos finais a sua discussão sobre o tema da “Direção do tratamento e os princípios do seu poder”, Lacan faz um apanhado do que considera essencial nesse percurso e elenca os seguintes tópicos para responder à questão de como conduzir, dentro dos balizamentos de seu ensino, ao que chamou de a direção do tratamento. São eles:

- *Que a fala tem aqui todos os poderes, os poderes especiais do tratamento.*

É claro que esse comentário de Lacan, está sustentado em cada uma das posições teóricas que ele assumiu durante seu ensino. Se o sujeito é um efeito de linguagem e sua

posição, como tal, é determinada pela captura interpretante no discurso do Outro, será, portanto, nesse mesmo campo que a análise buscará produzir seus efeitos interpretativos, que poderão, no melhor dos casos, vir a proporcionar ao analisando uma retificação subjetiva.

- Que estamos muito longe, pela regra, de dirigir o sujeito para a fala plena ou para o discurso coerente, mas que o deixamos livre para se experimentar nisso.

A regra, dita fundamental, que se propõe como uma fala libertadora, como diz Lacan, não deve ser entendida apenas como um enunciado burocrático do analista, como já comentei nesse trabalho. O analista, com suas intervenções e sua forma peculiar de escuta, propicia que o analisando se entregue ao exercício da experiência de ouvir-se falando, com a permissão de se desentender nessa fala. Eis o que o libera para a constatação de sua cisão fundamental e sua incompletude enquanto ser de linguagem.

- Que essa liberdade é o que ele tem mais dificuldade de tolerar.

Como também já tive oportunidade de sugerir, para o analisando a liberdade de desencontrar-se de sua pretensa consistência e coesão imaginárias, tão caras à sua sensação familiar de existir no mundo, denuncia-se a ele pela insinuação do afeto de angústia naquilo que é seu sintoma fundamental, seu *eu*.

- Que a demanda é propriamente aquilo que se coloca entre parêntese na análise, estando excluída a hipótese de que o analista satisfaça a qualquer uma.

Lembrem-se de que essa é a estratégia mais importante para que se mantenha a posição do analista. É imperativo que ele possa se deixar ficar num lugar de cativação imaginária na expectativa daquele que o procura para análise, mas que esteja avisado, de que sua resposta não pode coincidir com o que se lhe demanda o analisando. Sua posição estará sempre lastreada em seu lugar privilegiado articulado ao discurso simbólico, para com isso abrir o flanco para a progressão metonímica do desejo do sujeito em análise e seus potenciais momentos de produção de metáforas com seu esperado efeito de criação do novo.

- Que, não sendo colocado nenhum obstáculo à declaração do desejo, é para lá que o sujeito é dirigido e até canalizado.

Vejo uma complementariedade lógica entre esta proposição e a anterior, na medida em que, ao não atender a demanda, o analista franqueia o caminho de revelação da posição desejante do analisando. O analista é a um só tempo, um enigma pelo que mobiliza por sua posição simbólica e, também, um modelo cativante pelo irrefutável de sua presença imaginária como um corpo, invólucro de desejos.

- Que a resistência a essa declaração, em última instância, não pode ater-se aqui a nada além da incompatibilidade do desejo com a fala. Pag. 647.

Como podemos compreender essa incompatibilidade do desejo com a fala? Se pensarmos na fala como uma forma de sustentar o encadeamento das demandas e já que as demandas, afinal, não podem por condição de estrutura serem atendidas, poderíamos concluir que o desejo, em sua negatividade absoluta, deve ser entendido como o que move a fala em direção a um impossível a satisfazer.

Expostas estas ideias fundamentais, penso que para fechar esse circuito proposto para uma lógica do tratamento, seria importante nos ocuparmos um pouco com a questão do tempo em análise, no seu sentido de tempo lógico. Tema este que Lacan trabalhou desde 1945 e que trouxe consequências transformadoras para o campo analítico.

A mais fundamental dessas consequências, foi nos permitir escapar do modelo de tempo em sua disposição cronológica que fixa os limites estanques de passado, presente e futuro. Lacan trará para o exercício da análise o tempo lógico em sua proposição, como poderíamos dizer, circular, onde presente, passado e futuro estão articulados num corte sincrônico. É importante considerar que todas as ações do analista estão propostas a partir dessa lógica e disso resultou um novo modo de operação, que contempla fundamentalmente a noção de um corte lógico, seja qual for a sua forma assumida: uma interpretação, um momento de silêncio, um corte da sessão, etc... Esses dispositivos são guiados pelo tempo que Lacan dividiu em: instante de ver, tempo de compreender e momento de concluir — só concebíveis também dentro da já citada proposição circular,

onde, portanto, não se leva em conta o que vem antes ou depois; todos os elementos já estão lá, organizados pelo tempo lógico.

Em seu texto sobre “O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada”, Lacan nos apresenta um problema de lógica na forma de uma narrativa que se desenvolve entre quatro personagens: o diretor da prisão e três prisioneiros. Trata-se da seguinte situação, o diretor conversa com os prisioneiros e diz-lhes que, um deles, o primeiro que resolver uma questão lógica, será libertado e explica-lhes as condições para a resolução do problema proposto.

Existem três discos brancos e dois pretos, dentre os quais o diretor selecionará três que serão fixados às costas dos prisioneiros de tal forma que cada prisioneiro terá a possibilidade de visualizar a cor do disco colocado nas costas de cada um dos outros dois prisioneiros, mas não terá acesso ao disco colocado em suas próprias costas.

Recebem ainda, a informação de que deverão chegar a uma resposta sobre a cor do disco colocado em suas próprias costas, mas que a condição implícita na resolução do problema é a de que ele seja explicado a partir de um raciocínio lógico, só assim, aquele que primeiro resolver o enigma será libertado. Claro está que, pela condição implicada, a da urgência na tomada de decisão quanto a solução do problema para que um deles alcance a liberdade, não há interesse da parte deles de trocar informações entre si.

O diretor, sagazmente, elimina a opção que implicaria numa solução imediata do problema, descarta pois os discos pretos e coloca um disco branco nas costas de cada prisioneiro. Penso que fica evidente que caso colocasse os dois discos pretos nas costas de dois prisioneiros a solução seria imediata para o terceiro, já que o disco em suas costas só poderia ser branco.

Acho interessante destacar que para solucionar o problema, é necessária a implicação do outro e sua posição subjetiva, sustentada como um cálculo que se faz sobre o outro que, afinal, é imprescindível para minha possibilidade de chegar à verdade. Algo assim como, é impossível saber algo sobre o que se oculta em mim mesmo, sem o concurso do outro como parte da equação. Será que poderíamos pensar nesta relação como uma forma de *imissão de outredade*?

Lacan nos propõe a solução perfeita para o problema dos prisioneiros, ei-la:

“Depois de se haverem considerado entre si por um certo tempo, os três sujeitos dão juntos alguns passos, que os levam simultaneamente a cruzar a porta. Em separado, cada um fornece então uma resposta semelhante, que se exprime assim: ‘Sou branco, e eis como sei disso. Dado que meus companheiros eram brancos, achei que, se eu fosse preto, cada um deles poderia ter inferido o seguinte: ‘Se eu também fosse preto, o outro, devendo reconhecer imediatamente que era branco, teria saído na mesma hora, logo, não sou preto’. E os dois teriam saído juntos, convencidos de ser brancos. Se não estavam fazendo nada, é que eu era branco como eles. Ao que saí porta afora, para dar a conhecer minha conclusão.’ Foi assim que todos três saíram simultaneamente, seguros das mesmas razões de concluir.” Pag. 198.

Os movimentos lógicos que Lacan nos propõe para a solução do que ele chama aqui de sofisma, fazem esboçar os três momentos do tempo considerado como lógico. Apresenta-nos o *instante de ver*, o *tempo de compreender* e o *momento de concluir*. Não seguirei aqui todos os movimentos de exploração rigorosa que ele nos indica, mas usarei esta referência geral para nos balizar quanto a seu sentido, diz Lacan:

“Isolam-se no sofisma três ‘momentos da evidência’, cujos valores lógicos irão revelar-se diferentes e de ordem crescente. Expor sua sucessão cronológica ainda é espacializá-los segundo um formalismo que tende a reduzir o discurso a um alinhamento de sinais. Mostrar que a instância do tempo se apresenta de um ‘modo’ diferente em cada um desses momentos é preservar-lhes a hierarquia, revelando neles uma descontinuidade tonal, essencial para seu valor. Mas, captar na ‘modulação’ do tempo a própria função pela qual cada um desses momentos, na passagem para o seguinte, é reabsorvido, subsistindo apenas o último que os absorve, é restabelecer a sucessão real deles e compreender verdadeiramente sua gênese no movimento lógico.” Pag. 204

O discurso não é um alinhamento de sinais, é uma sucessão significante, onde cada significante só pode significar em relação com os outros e, portanto, o sentido de significação não pode, na análise, ser imobilizado num modo compartimentado, por exemplo, como passado, presente e futuro.

Gostaria, finalmente, para encerrar minha fala diante de vocês, de trazer algumas reflexões interessantes a respeito da noção de tempo. Recentemente, li um livro de um físico italiano, especialista em gravidade quântica, chamado Carlo Rovelli. Neste livro,

intitulado “A ordem do tempo”, num dado momento, Rovelli discute a questão do tempo articulando um interessante diálogo com o texto de Santo Agostinho, que está no livro XI das “Confissões” (Escrito por volta do ano 400 d.C.). Rovelli cita uma pequena, mas interessante, frase de Agostinho, que, seria importante lembrar, Lacan considerava como o primeiro grande linguista da humanidade.

Diz Agostinho:

“É na minha mente, então, que meço o tempo. Não devo permitir que minha mente insista que o tempo é algo objetivo. Quando meço o tempo, estou medindo algo no presente da minha mente. Ou o tempo é isso, ou não sei o que é.”

Tendo essa frase como referência dialética, Rovelli constrói os seguintes argumentos:

“A ideia é mais convincente do que pode parecer à primeira vista. Podemos dizer que medimos a duração com um relógio. Mas, para fazê-lo, é preciso ler o relógio em dois momentos distintos: isso não é possível, porque estamos sempre num único momento, nunca em dois. No presente, vemos apenas o presente; podemos ver coisas que interpretamos como vestígios do passado, mas entre ver vestígios do passado e perceber o fluxo do tempo há uma diferença capital, e Agostinho se dá conta de que a raiz dessa diferença, a consciência do passar do tempo, é interna. É parte da mente. São os vestígios do passado no cérebro. Pag. 140.

Se quisermos escapar desta forma de expressão que parece muito aferrada a um viés demasiado orgânico para nossa maneira de pensar, poderíamos perfeitamente nos sustentar no tecido da linguagem como única forma de fazer enredo ao que se pode reconhecer como presente, passado ou futuro. E, como já disse, é na oposição significativa que essas experiências podem adquirir seu sentido.

E Rovelli continua:

A discussão de Agostinho é muito bonita. Apoiar-se na música. Quando ouvimos um hino, o sentido de um som é dado pelos sons precedentes e sucessivos. (Nada seria mais claro do que entendermos isso no sentido de uma pura diferença garantida pela oposição significativa). A música só faz sentido no tempo, mas se a cada momento estamos apenas no presente, como podemos apreender esse sentido? É porque —

observa Agostinho — a nossa consciência fundamenta-se na memória e na antecipação. Pag. 140.

Vejam que podemos, sem dificuldade, encontrar nessa definição a própria estrutura do desejo, ou seja, a memória ressignificada de *das Ding* e o efeito de precipitação que o *objeto a* promove em sua trilha de encantamento como antecipação.

O hino, um canto, estão de algum modo presentes em nossa mente de forma unitária, mantidos juntos por aquilo que para nós é o tempo. O tempo, portanto, é isto: existe inteiramente no presente, na nossa mente como memória e como antecipação.” Pag. 140/41.

Para concluir, diria que o desejo nos leva ao salto e a antecipação em direção a algo que jamais se realizará plenamente em seja lá o que for. E o que resta a nós humanos e o máximo que alcançamos é desfrutar dos nacos de prazer que podemos auferir de cada objeto recortado por nossa fantasia desejante, mas o que resta disso é um novo impulso que nos direciona à uma nova precipitação desejante no vazio do que é o próprio desejo.

José Carlos Garcia